

ANO III - EDIÇÃO Nº 655 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Segunda-Feira, 17 de dezembro de 2018

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO CONJUNTO PGJ/CGMP Nº 004/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 30/2016.

Considerando os dispositivos do Ato nº 114/2018, de 1º de novembro de 2018, que instituiu o recesso natalino no Ministério Público, no período de 20 de dezembro de 2018 a 06 de janeiro de 2019;

RESOLVEM:

Art. 1º SUSPENDER, durante o recesso natalino, os prazos atinentes à atividade Extrajudicial, física e eletrônica – e-Ext, dos Órgãos de Execução e da Administração Superior.

Parágrafo único – O disposto no caput deste artigo não se aplica à Diretoria-Geral.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador-Geral de Justiça Corregedor-Geral

ATO Nº 142/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

CONSIDERANDO o recesso natalino no Ministério Público do Estado Tocantins no período de 20 de dezembro de 2018 a 06 de janeiro de 2019, conforme Ato nº 114/2018;

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR o horário de expediente do Ministério Público do Estado do Tocantins das 12h às 18h, excepcionalmente, no período de 20 de dezembro de 2018 a 06 de janeiro de 2019, durante o recesso natalino de 2018/2019.

Parágrafo único – A jornada de trabalho dos servidores deve ser cumprida em observância ao horário estabelecido no caput deste artigo.

PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 143/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR facultativo o ponto, no âmbito deste Ministério Público Estadual, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2018.

PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 998/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 118 e 41, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e considerando a indicação do 11º Procurador de Justiça Marco Antônio Alves Bezerra;

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º CONVOCAR, “ad referendum” do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, o 9º Promotor de Justiça da Capital EDSON AZAMBUJA, para responder, cumulativamente, pela 11ª Procuradoria de Justiça, a partir de 12 de dezembro de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1001/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 38 da Lei Complementar Estadual nº 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando a indicação do Corregedor-Geral do Ministério Público, conforme Mem. nº 141/2018/CGMP;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Promotores de Justiça PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO e BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO para assessorarem o Corregedor-Geral do Ministério Público, a partir de 12 de dezembro de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Chefe de Gabinete da P.G.J.

THAÍS CAIRO SOUZA LOPES
Promotora de Justiça Assessora do P.G.J.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Corregedor-Geral

BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO
Promotor de Justiça Assessor do Corregedor-Geral

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor de Justiça Assessor do Corregedor-Geral

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI
Membro

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Ouvidora

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CESAF

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Coordenadora

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO Telefone: (63) 3216-7600

PORTARIA Nº 1004/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

Considerando o teor do Memorando nº 151/2018 – 5ª PJ/ARN-TO, de 06 de dezembro de 2018;

Considerando a exiguidade de Promotores de Justiça ativos nas Promotorias de Justiça de Araguaína no mês de janeiro de 2019;

Considerando a função eleitoral desempenhada pela Promotora de Justiça abaixo mencionada perante a 1ª Zona Eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR, por necessidade de serviço, a Promotora de Justiça ARAÍNA CESÁREA FERREIRA DOS SANTOS D'ALESSANDRO, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no período de 14 de janeiro a 05 de fevereiro de 2019, 23 (vinte e três) dias, férias referentes ao 2º semestre de 2018, assegurando-lhe o direito de usufruto em época oportuna e o recebimento do respectivo adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1005/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 17, inciso III, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando o ATO PGJ Nº 114/2018 e, ainda, as informações consignadas no Mem. nº 144/2018/CGMP;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR, por necessidade de serviço, que o Promotor de Justiça/Assessor do Corregedor-Geral do Ministério Público BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO permaneça em exercício no período de 20.12.2018 a 06.01.2019, durante o plantão do recesso natalino, sem prejuízo de posterior compensação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1006/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008 e considerando Protocolo nº 07010257891201831;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto CÉLEM GUIMARÃES GUERRA JÚNIOR para responder, cumulativamente, pela 1ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no período de 17 a 19 de dezembro de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA Nº 1007/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, e pela Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, com respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins; e considerando o Requerimento formulado pelos Promotores de Justiça da Comarca de Colinas do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 04 de fevereiro de 2019, MARA NÚBIA MENDES DA SILVA, RG Nº 393.289 SESJP/TO, para provimento do cargo em comissão de Auxiliar Técnico – DAM 2.

Art. 2º Revoga-se a Portaria 987/2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1008/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008 e considerando o teor do protocolo nº 07010257884201831;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Promotores de Justiça VINÍCIUS DE OLIVEIRA E SILVA e OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR para, em conjunto com o Promotor de Justiça Substituto SAULO VINHAL DA COSTA, atuarem no Inquérito Civil Público nº 001/2018, que tramita na 2ª Promotoria de Justiça da Capital, acompanhando o feito até seus ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1009/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, e o estabelecido no artigo 7º, §3º e §5º, da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e alterações, acerca dos cargos e funções de confiança na estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR os servidores dos respectivos cargos comissionados e das funções de confiança, a partir de 14 de dezembro de 2018, conforme a seguir:

MAT.	NOME	SÍMBOLO/NÍVEL	CARGO
75207	UILTON DA SILVA BORGES	-	Diretor-Geral
4191	MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA	-	Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
121613	KAMILLE RENATA DA SILVA	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
84908	LETÍCIA KNEWITZ	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
74407	LUCIELLE LIMA NEGRY XAVIER	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
118212	VANUCE MORERIA BORGES	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
75707	SÍLVIA BORGES DE SOUSA QUINAN	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
85308	ALICE MACEDO CORDEIRO	DAM 7	Assessor Jurídico da Subprocuradoria-Geral de Justiça

122113	JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA JÚNIOR	DAM 7	Assessor Jurídico da Subprocuradoria-Geral de Justiça
7218061	FÉLIX FRANCISCO DOS SANTOS NETO	DAM 7	Assessor Militar
74907	EMANUELA SALES SOUSA OLIVEIRA	DAM 7	Diretor de Expediente
13093	NILOMAR DOS SANTOS FARIAS	DAM 7	Diretor de Inteligência
75407	LUIZ CARLOS ALVES LIMA SOBRINHO	DAM 7	Assessor Jurídico da Diretoria-Geral
81907	STEFÂNIA VALADARES TEIXEIRA CORREIA	DAM 7	Assessor Jurídico da Diretoria-Geral
69807	MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA	DAM 7	Chefe de Departamento
92808	LEANDRO FERREIRA DA SILVA	DAM 7	Chefe de Departamento
73707	MARCOS CONCEIÇÃO DA SILVA	DAM 7	Chefe de Departamento
69507	FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS	DAM 7	Chefe de Departamento
22999	HUAN CARLOS BORGES TAVARES	DAM 7	Chefe de Departamento
119813	RICARDO AZEVEDO ROCHA	DAM 7	Presidente Comissão Permanente de Licitação
8542180	EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES	DAM 7	Chefe da Controladoria Interna
20599	MÔNICA CRISTINA DO CARMO FARIA	DAM 6	Chefe da Assessoria de Cerimonial
109110	ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS	DAM 6	Chefe da Assessoria de Comunicação
4058	SHIRLEY CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS	DAM 6	Chefe de Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público
66307	ANDERSON YUJI FURUKAWA	DAM 6	Chefe de Secretaria do Colégio de Procuradores
96409	GEILZA MARIA DE ARAÚJO	DAM 6	Chefe de Cartório
59705	MARIA DAS NEVES MENEZES DE SOUZA	DAM 6	Chefe de Cartório
1029347	ANELIZE DALCIN MIOTTO CORREA	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
69207	WILLIAM LEMES GOMES	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
79507	ARNALDO HENRIQUE DA COSTA NETO	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
151518	DANIEL THOMA ISOMURA	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
122313	LUIS EDUARDO BORGES MILHOMEM	DAM 5	Assessor Técnico da Subprocuradoria-Geral de Justiça
90019	GERALDO DA SILVA GOMES	DAM 5	Assessor Técnico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento - CESAF
143517	JOSÉ KASUO OTSUKA	DAM 5	Assessor Técnico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento - CESAF
131216	HENRIQUE GARCIA DOS SANTOS	DAM 5	Assessor Técnico do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA
69607	GUILHERME SILVA BEZERRA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Redes e Segurança
46403	AGNEL ROSA DOS SANTOS POVOA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Suporte Técnico
65507	LEONARDO DOS SANTOS DA MATA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Adm. de Banco de Dados
94008	RODRIGO PINHEIRO MATIAS	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Engenharia de Sistemas
94109	GUSTAVO DETTENBORN	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Segurança de Sistemas
98410	TONY KAMILLO BORGES REIS	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Webmaster
11182555-1	RAIENE ELEN PONTES DE SOUSA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Computação Forense
120513	ALBERTO NERI DE MELO	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
11235900-1	TÂNIA DE FÁTIMA ROCHA VASCONCELOS	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
107910	RENATO ALVES DO COUTO	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
98610	FREDERICO FERREIRA FROTA	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
68907	VICENTE OLIVEIRA DE ARAÚJO JÚNIOR	DAM 5	Assessor Técnico de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e Registro Funcional
96109	PATRICIA DE OLIVEIRA CABRAL	DAM 5	Assessor Técnico de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e Registro Funcional
106410	ELIAS FONSECA DE OLIVEIRA	DAM 5	Assessor Técnico de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e Registro Funcional
82707	ALLINE FRANÇA MOTTA	DAM 4	Encarregado de Área
128315	ALINNY ANGÉLICA GUIMARÃES DIAS LIMA	DAM 4	Encarregado de Área
8321108	DENISE SOARES DIAS	DAM 4	Encarregado de Área
83808	ELIZÂNGELA RODRIGUES RIBEIRO	DAM 4	Encarregado de Área
19498	FABIANA OLIVEIRA DOS SANTOS NOLETO	DAM 4	Encarregado de Área
79407	HEBER RICARDO DA CRUZ ALMEIDA	DAM 4	Encarregado de Área
87508	HÍTALO SILVA BASTOS	DAM 4	Encarregado de Área
21699	IRACEMA ALVES BRITO	DAM 4	Encarregado de Área
31393	IRADIAN PEREIRA DE OLIVEIRA MORAIS	DAM 4	Encarregado de Área
2920361	IVA NEIDE DE OLIVEIRA TEIXEIRA	DAM 4	Encarregado de Área
102710	JADSON MARTINS BISPO	DAM 4	Encarregado de Área
86108	JALSON PEREIRA DE SOUSA	DAM 4	Encarregado de Área
106210	JAILSON PINHEIRO DA SILVA	DAM 4	Encarregado de Área
121413	JOÃO LINO CAVALCANTE NETO	DAM 4	Encarregado de Área
154018	LAIANE CARDOSO QUEIROZ	DAM 4	Encarregado de Área
151418	LUCIELE FERREIRA MARCHEZAN	DAM 4	Encarregado de Área
81207	MARIA HELENA LIMA PEREIRA NEVES		
8767611	NATALIA AZEVEDO BARBOSA	DAM 4	Encarregado de Área
96509	NATÁLIA FERNANDES MACHADO NASCIMENTO	DAM 4	Encarregado de Área
83908	NEILA SOARES DE CARVALHO SILVA ROCHA	DAM 4	Encarregado de Área
44103	POLLYANNA FERREIRA E SILVA	DAM 4	Encarregado de Área
74207	PRISCILA ROCHA DE ARAÚJO	DAM 4	Encarregado de Área
31301	PROTÁZIO NERY FIGUEIREDO	DAM 4	Encarregado de Área
68507	ROBERTA BARBOSA DA SILVA	DAM 4	Encarregado de Área
9891	RUTH VIRGÍNIO VELOSO	DAM 4	Encarregado de Área
152718	SAMIA DE OLIVEIRA HOLANDA	DAM 4	Encarregado de Área
89808	TEREZINHA DAS GRAÇAS FREITAS	DAM 4	Encarregado de Área
110411	RAIMUNDA BEZERRA AMORIM	DAM 4	Secretário de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
106810	FERNANDO ANTÔNIO GARIBALDI FILHO	DAM 4	Secretário do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento
66207	ALLANE THASSIA TENÓRIO	DAM 4	Secretário do Conselho Superior do Ministério Público
110511	MARIA HELENA ROCHA SIQUEIRA	DAM 4	Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

8573468	ADRIANA BRAGA DOS SANTOS OLIVEIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
131016	ALINE RIBEIRO MAGNO	DAM 2	Auxiliar Técnico
131116	ALYNE SOARES DA PAIXÃO	DAM 2	Auxiliar Técnico
141216	AMANDA ALVES TOLEDO DOS SANTOS	DAM 2	Auxiliar Técnico
143217	BRUNO CASSIANO DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
141316	BRUNA BARBOSA CASTRO	DAM 2	Auxiliar Técnico
142516	CÁSSIO BRUNO SÁ DE SOUZA	DAM 2	Auxiliar Técnico
132416	CÍCERO THIAGO COELHO DE ARAÚJO	DAM 2	Auxiliar Técnico
153218	DANIEL ESTÊNIO ROCHA PINHEIRO LIMA	DAM 2	Auxiliar Técnico
133416	EDUARDO COELHO FAGUNDES	DAM 2	Auxiliar Técnico
152118	EDIKARLOS WILLIAM ALVES TEIXEIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
41303029 8	FÁUSTONE BANDEIRA MORAIS BERNARDES	DAM 2	Auxiliar Técnico
131416	ÉRICA JACKELINBE MAIONE MOREIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
143417	GABRIELA LEBER DE MACEDO	DAM 2	Auxiliar Técnico
137816	ILMA RIBEIRO LIMA	DAM 2	Auxiliar Técnico
140416	INGRID ALVES CORREIA	DAM 2	Auxiliar Técnico
141016	ISABELLA ATTAB THAME	DAM 2	Auxiliar Técnico
137716	JAMILA PÉGO OLIVEIRA SÁ	DAM 2	Auxiliar Técnico
154118	JECIANY MENDES SARAIVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
140716	JORGAM DE OLIVEIRA SOARES	DAM 2	Auxiliar Técnico
156918	JOVENI DE MELO MORAIS	DAM 2	Auxiliar Técnico
133516	LAIANE CARDOSO QUEIROZ	DAM 2	Auxiliar Técnico
155118	LAYLLA FERNANDA LOPES DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
153118	LETICIA SOUSA MARTINS	DAM 2	Auxiliar Técnico
143317	LIDEVANIA ROSA NASCIMENTO DUARTE	DAM 2	Auxiliar Técnico
131816	LUCAS LIMA DE CASTRO FERREIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
141416	MARIA CLAUDIA BORGES MARTINS	DAM 2	Auxiliar Técnico
131916	MARILLYA CUNHA DE ALENCAR	DAM 2	Auxiliar Técnico
96009	MERCIA HELENA MARINHO DE MELO	DAM 2	Auxiliar Técnico
147217	NATALLY QUEEN DE SOUSA MARINHO	DAM 2	Auxiliar Técnico
156118	NICOLAS MENEZES ROCHA	DAM 2	Auxiliar Técnico
151618	PAULO VITOR NUNES DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
149718	PEDRO VICTOR DE OLIVEIRA EVARISTO	DAM 2	Auxiliar Técnico
132116	RAFAEL MADUREIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
132216	REJANE FONSECA CABRAL	DAM 2	Auxiliar Técnico
130816	RODRIGO VENDRAMINI GONÇALVES	DAM 2	Auxiliar Técnico
146417	SAMIA JOICE MURIBECA BARROCA	DAM 2	Auxiliar Técnico
146317	THAISE RIBEIRO DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
140916	TAUANNY CRISTYNA SILVA DUTRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
132316	THAIS MARTINS DE OLIVEIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
724	VANDA PEREIRA DO NASCIMENTO	DAM 2	Auxiliar Técnico
132516	VILLY GUIMARÃES COSTA BORGES	DAM 2	Auxiliar Técnico
142717	YVES MICHEL BECKMAN DE CARVALHO	DAM 2	Auxiliar Técnico
MAT.	NOME	SÍMBOLO	FUNÇÃO DE CONFIANÇA
94909	MYCHELLA ANDRADE DE SOUZA	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça
8641617	RAQUEL DA COSTA PIRES SARAIVA	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça
100410	CESAR DE AMORIM RODRIGUES	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça
126014	JONH KENED BRAGA	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça
119713	SUIANA CHAGAS BARRETO	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça
116512	FLÁVIO LÚCIO HERCULANO	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça
82407	LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS	FC 4	Assistente de Gabinete de Procurador-Geral de Justiça

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1010/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, e o estabelecido na Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e alterações, acerca dos cargos e funções de confiança na estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os servidores dos respectivos cargos comissionados e das funções de confiança, a partir de 14 de dezembro de 2018, conforme a seguir:

MAT.	NOME	SÍMBOLO/NÍVEL	CARGO
75207	UILITON DA SILVA BOIRGES	-	Diretor-Geral
4191	MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA	-	Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
121613	KAMILLE RENATA DA SILVA	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
84908	LETÍCIA KNEWITZ	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça

74407	LUCIELLE LIMA NEGRY XAVIER	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
118212	VANUCE MOREIRA BORGES	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
75707	SÍLVIA BORGES DE SOUSA QUINAN	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
85308	ALICE MACEDO CORDEIRO	DAM 7	Assessor Jurídico da Subprocuradoria-Geral de Justiça
122113	JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA JÚNIOR	DAM 7	Assessor Jurídico da Subprocuradoria-Geral de Justiça
7218061	FÉLIX FRANCISCO DOS SANTOS NETO	DAM 7	Assessor Militar
74907	EMANUELA SALES SOUSA OLIVEIRA	DAM 7	Diretor de Expediente
13093	NILOMAR DOS SANTOS FARIAS	DAM 7	Diretor de Inteligência
75407	LUÍZ CARLOS ALVES LIMA SOBRINHO	DAM 7	Assessor Jurídico da Diretoria-Geral
81907	STEFÂNIA VALADARES TEIXEIRA CORREIA	DAM 7	Assessor Jurídico da Diretoria-Geral
69807	MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA	DAM 7	Chefe de Departamento
92808	LEANDRO FERREIRA DA SILVA	DAM 7	Chefe de Departamento
73707	MARCOS CONCEIÇÃO DA SILVA	DAM 7	Chefe de Departamento
69507	FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS	DAM 7	Chefe de Departamento
22999	HUAN CARLOS BORGES TAVARES	DAM 7	Chefe de Departamento
119813	RICARDO AZEVEDO ROCHA	DAM 7	Presidente Comissão Permanente de Licitação
8542180	EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES	DAM 7	Chefe da Controladoria Interna
20599	MÔNICA CRISTINA DO CARMO FÁRIA	DAM 6	Chefe da Assessoria de Cerimonial
109110	ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS	DAM 6	Chefe da Assessoria de Comunicação
4058	SHIRLEY CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS	DAM 6	Chefe de Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público
66307	ANDERSON YUJI FURUKAWA	DAM 6	Chefe de Secretaria do Colégio de Procuradores
96409	GEILZA MARIA DE ARAÚJO	DAM 6	Chefe de Cartório
59705	MARIA DAS NEVES MENEZES DE SOUZA	DAM 6	Chefe de Cartório
1029347	ANELIZE DALCIN MIOTTO CORREA	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
69207	WILLIAM LEMES GOMES	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
79507	ARNALDO HENRIQUE DA COSTA NETO	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
151518	DANIEL THOMA ISOMURA	DAM 5	Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça
122313	LUÍS EDUARDO BORGES MILHOMEM	DAM 5	Assessor Técnico da Subprocuradoria-Geral de Justiça
90019	GERALDO DA SILVA GOMES	DAM 5	Assessor Técnico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento - CESAFA
143517	JOSÉ KASUO OTSUKA	DAM 5	Assessor Técnico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento - CESAFA
131216	HENRIQUE GARCIA DOS SANTOS	DAM 5	Assessor Técnico do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA
69607	GUILHERME SILVA BEZERRA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Redes e Segurança
46403	AGNEL ROSA DOS SANTOS POVOA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Suporte Técnico
65507	LEONARDO DOS SANTOS DA MATA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Adm. de Banco de Dados
94008	RODRIGO PINHEIRO MATIAS	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Engenharia de Sistemas
94109	GUSTAVO DETTENBORN	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Segurança de Sistemas
98410	TONY KAMILLO BORGES REIS	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Webmaster
11182555-1	RAIENE ELEN PONTES DE SOUSA	DAM 5	Assessor Técnico de Tecnologia da Informação - Computação Forense
120513	ALBERTO NERI DE MELO	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
11235900-1	TÂNIA DE FÁTIMA ROCHA VASCONCELOS	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
107910	RENATO ALVES DO COUTO	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
98610	FREDERICO FERREIRA FROTA	DAM 5	Assessor Técnico da Comissão de Licitação
68907	VICENTE OLIVEIRA DE ARAÚJO JÚNIOR	DAM 5	Assessor Técnico de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e Registro Funcional
96109	PATRICIA DE OLIVEIRA CABRAL	DAM 5	Assessor Técnico de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e Registro Funcional
106410	ELIAS FONSECA DE OLIVEIRA	DAM 5	Assessor Técnico de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e Registro Funcional
82707	ALLINE FRANÇA MOTTA	DAM 4	Encarregado de Área
128315	ALINNY ANGÉLICA GUIMARÃES DIAS LIMA	DAM 4	Encarregado de Área
8321108	DENISE SOARES DIAS	DAM 4	Encarregado de Área
83808	ELIZÂNGELA RODRIGUES RIBEIRO	DAM 4	Encarregado de Área
19498	FABIANA OLIVEIRA DOS SANTOS NOLETO	DAM 4	Encarregado de Área
79407	HEBER RICARDO DA CRUZ ALMEIDA	DAM 4	Encarregado de Área
87508	HÍTALO SILVA BASTOS	DAM 4	Encarregado de Área
21699	IRACEMA ALVES BRITO	DAM 4	Encarregado de Área
31393	IRADIAN PEREIRA DE OLIVEIRA MORAIS	DAM 4	Encarregado de Área
2920361	IVÁ NEIDE DE OLIVEIRA TEIXEIRA	DAM 4	Encarregado de Área
102710	JADSON MARTINS BISPO	DAM 4	Encarregado de Área
86108	JALSON PEREIRA DE SOUSA	DAM 4	Encarregado de Área
106210	JAILSON PINHEIRO DA SILVA	DAM 4	Encarregado de Área
121413	JOÃO LINO CAVALCANTE NETO	DAM 4	Encarregado de Área
154018	LAIANE CARDOSO QUEIROZ	DAM 4	Encarregado de Área
151418	LUCIELE FERREIRA MARCHEZAN	DAM 4	Encarregado de Área
81207	MARIA HELENA LIMA PEREIRA NEVES	DAM 4	Encarregado de Área
8767611	NATÁLIA AZEVEDO BARBOSA	DAM 4	Encarregado de Área
96509	NATÁLIA FERNANDES MACHADO NASCIMENTO	DAM 4	Encarregado de Área
83908	NEILA SOARES DE CARVALHO SILVA ROCHA	DAM 4	Encarregado de Área
44103	POLLYANNA FERREIRA E SILVA	DAM 4	Encarregado de Área
74207	PRISCILA ROCHA DE ARAÚJO	DAM 4	Encarregado de Área
31301	PROTÁZIO NERY FIGUEIREDO	DAM 4	Encarregado de Área
68507	ROBERTA BARBOSA DA SILVA	DAM 4	Encarregado de Área
9891	RUTH VIRGÍNIO VELOSO	DAM 4	Encarregado de Área

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

152718	SAMIA DE OLIVEIRA HOLANDA	DAM 4	Encarregado de Área
89808	TEREZINHA DAS GRAÇAS FREITAS	DAM 4	Encarregado de Área
110411	RAIMUNDA BEZERRA AMORIM	DAM 4	Secretário de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
106810	FERNANDO ANTÔNIO GARIBALDI FILHO	DAM 4	Secretário do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento
66207	ALLANE THASSIA TENÓRIO	DAM 4	Secretário do Conselho Superior do Ministério Público
110511	MARIA HELENA ROCHA SIQUEIRA	DAM 4	Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça
8573468	ADRIANA BRAGA DOS SANTOS OLIVEIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
131016	ALINE RIBEIRO MAGNO	DAM 2	Auxiliar Técnico
131116	ALYNE SOARES DA PAIXÃO	DAM 2	Auxiliar Técnico
141216	AMANDA ALVES TOLEDO DOS SANTOS	DAM 2	Auxiliar Técnico
143217	BRUNO CASSIANO DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
141316	BRUNA BARBOSA CASTRO	DAM 2	Auxiliar Técnico
142516	CÁSSIO BRUNO SÁ DE SOUZA	DAM 2	Auxiliar Técnico
132416	CICERO THIAGO COELHO DE ARAÚJO	DAM 2	Auxiliar Técnico
153218	DANIEL ESTÊNIO ROCHA PINHEIRO LIMA	DAM 2	Auxiliar Técnico
133416	EDUARDO COELHO FAGUNDES	DAM 2	Auxiliar Técnico
152118	EDIKARLOS WILLIAM ALVES TEIXEIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
413030298	FÁUSTONE BANDEIRA MORAIS BERNARDES	DAM 2	Auxiliar Técnico
131416	ÉRICA JACKELINBE MAIONE MOREIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
143417	GABRIELA LEBER DE MACEDO	DAM 2	Auxiliar Técnico
137816	ILMA RIBEIRO LIMA	DAM 2	Auxiliar Técnico
140416	INGRID ALVES CORREIA	DAM 2	Auxiliar Técnico
141016	ISABELLA ATTAB THAME	DAM 2	Auxiliar Técnico
137716	JAMILA PÉGO OLIVEIRA SÁ	DAM 2	Auxiliar Técnico
154118	JECIANY MENDES SARAIVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
140716	JORGAM DE OLIVEIRA SOARES	DAM 2	Auxiliar Técnico
156918	JOVENI DE MELO MORAIS	DAM 2	Auxiliar Técnico
133516	LAIANE CARDOSO QUEIROZ	DAM 2	Auxiliar Técnico
155118	LAYLLA FERNANDA LOPES DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
153118	LETICIA SOUSA MARTINS	DAM 2	Auxiliar Técnico
143317	LIDEVANIA ROSA NASCIMENTO DUARTE	DAM 2	Auxiliar Técnico
131816	LUCAS LIMA DE CASTRO FERREIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
141416	MARIA CLÁUDIA BORGES MARTINS	DAM 2	Auxiliar Técnico
131916	MARILLYA CUNHA DE ALENCAR	DAM 2	Auxiliar Técnico
96009	MERCIA HELENA MARINHO DE MELO	DAM 2	Auxiliar Técnico
147217	NATALY QUEEN DE SOUSA MARINHO	DAM 2	Auxiliar Técnico
156118	NICOLAS MENEZES ROCHA	DAM 2	Auxiliar Técnico
151618	PAULO VITOR NUNES DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
149718	PEDRO VICTOR DE OLIVEIRA EVARISTO	DAM 2	Auxiliar Técnico
132116	RAFAEL MADUREIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
132216	REJANE FONSECA CABRAL	DAM 2	Auxiliar Técnico
130816	RODRIGO VENDRAMINI GONÇALVES	DAM 2	Auxiliar Técnico
146417	SAMIA JOICE MURIBECA BARROCA	DAM 2	Auxiliar Técnico
146317	THAISE RIBEIRO DA SILVA	DAM 2	Auxiliar Técnico
140916	TAUANNY CRISTYNA SILVA DUTRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
132316	THAIS MARTINS DE OLIVEIRA	DAM 2	Auxiliar Técnico
724	VANDA PEREIRA DO NASCIMENTO	DAM 2	Auxiliar Técnico
132516	VILLY GUIMARÃES COSTA BORGES	DAM 2	Auxiliar Técnico
142717	YVES MICHEL BECKMAN DE CARVALHO	DAM 2	Auxiliar Técnico
MAT.	NOME	SÍMBOLO/NÍVEL	CARGO
75207	UILITON DA SILVA BOIRGES	-	Diretor-Geral
4191	MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA	-	Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
121613	KAMILLE RENATA DA SILVA	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça
84908	LETICIA KNEWITZ	DAM 7	Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - PROCESSO MPRJ Nº 2014.00446173

PROCESSO: 2014.0701.00956

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins – MPE/TO e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, do Convênio para a expansão do Programa Rede Ambiente Participativo ao MPE/TO, mediante o estabelecimento de diretrizes de funcionamento, apoio técnico e operacional, com a adoção de mecanismos de gestão compartilhada.

VIGÊNCIA: de 30/09/2018 até 30/09/2019.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2018.

SIGNATÁRIOS: José Omar de Almeida Júnior - Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins e José Eduardo Ciotola Gussem – Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES – MPE/TO e UFT.

PROCESSO: 19.30.1550.0000443/2018-50

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins – MPE/TO e a Universidade Federal do Tocantins – UFT.

OBJETO: Elaboração de estudos, pareceres, relatórios, propostas técnicas e atividades de capacitação em parceria, associados às áreas de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Planejamento Urbano, Infraestrutura, Mobilidade, Energia e Tecnologia da Informação em processos de elevado interesse público.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Protocolo de Intenções é de 24 (vinte e quatro) meses, e entrará em vigor na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu vencimento, caso haja interesse dos partícipes, mediante celebração de Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2018.

SIGNATÁRIOS: José Omar de Almeida Júnior – Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, Promotora de Justiça da Capital Kátia Chaves Gallieta – Fiscal do Protocolo de Intenções do MPE/TO, Prof. Dr. Luis Eduardo Bovolato – Reitor da UFT, Dr. Felipe de Azevedo Marques – Coordenador do Protocolo de Intenções e Dr. Humberto Xavier de Araújo – Fiscal do Protocolo de Intenções da UFT.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/2018

PROCESSO: 2017.0701.00260

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins – MPE/TO, denominado PERMITENTE, e o Banco Bradesco S/A, denominado PERMISSONÁRIO.

OBJETO: Permissão de uso a título gratuito, em caráter precário, pelo PERMITENTE, em favor do PERMISSONÁRIO, da área de 26,77 m², exclusivamente para instalação de agência bancária/Posto de Atendimento Bancário – PAB e de um Posto de Atendimento Eletrônico – PAE, localizada no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado Tocantins, com sede na Quadra 202 Norte, Avenida LO-04, Conj. 01, lotes 5/6, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218, em Palmas/TO.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a contar da data da sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 12/12/2018.

SIGNATÁRIOS: José Omar de Almeida Júnior – Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, Wendel Marinho de Souza – Procurador do Banco Bradesco S/A e Eliane Batista Lima Procuradora do Banco Bradesco S/A.

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO

PROCESSO: 19.30.1550.0000398/2018-04

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins – MPE/TO e o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

OBJETO: Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e o Ministério do Meio Ambiente - MMA, visando ao estabelecimento da Cooperação entre o MMA, tendo o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, como interveniente, e o CNMP para transferência, acesso, compartilhamento, processamento e geração de dados e informações do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), observada a legislação federal pertinente sobre a matéria, no que couber.

VIGÊNCIA: Indeterminada a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União, dia 16 de novembro de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2018.

SIGNATÁRIOS: José Maria da Silva Júnior – Procurador de Justiça Representante do Ministério Público do Estado do Tocantins e Raquel Elias Ferreira Dodge – Presidente do CNMP.

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: LEONARDO GOUVEIA OLHÊ BLANCK

DESPACHO Nº 609/2018 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça LEONARDO GOUVEIA OLHÊ BLANCK, para conceder-lhe 03 (três) dias de folga, a serem usufruídos no período de 17 a 19 de dezembro de 2018, em compensação aos dias 20 a 24/11/2017 e 28/01 a 02/02/2018, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 19.30.1540.0000030/2018-02

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: RODRIGO BARBOSA GARCIA VARGAS

DESPACHO Nº 610/2018 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando o deslocamento efetuado pelo Promotor de Justiça RODRIGO BARBOSA GARCIA VARGAS, itinerário Colinas/Wanderlândia/Colinas, no dia 05/12/2018, para participar de Audiência, conforme Memória de Cálculo nº 112/2018 e demais documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 150,69 (cento e cinquenta reais e sessenta e nove centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária específica, consignada no orçamento da unidade da Procuradoria-Geral de Justiça.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

AUTOS CSMP Nº: 021/2018

ASSUNTO: Afastamento para participar do curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção.

INTERESSADO: ANDRÉ RICARDO FONSECA CARVALHO

DESPACHO Nº 611/2018 – Consoante deliberação unânime do Conselho Superior do Ministério Público, nas 196ª e 197ª Sessões Ordinárias, realizadas nos dias 13/11/2018 e 11/12/2018, respectivamente, e nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, e art. 155, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, DEFIRO o afastamento solicitado pelo Promotor de Justiça ANDRÉ RICARDO FONSECA CARVALHO, sem prejuízo de suas atribuições, vencimentos e demais vantagens do cargo, no período de 24 de outubro de 2018 a 22 de novembro de 2019, para frequentar o curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção, ofertado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT, programado para ser ministrado uma vez ao mês, de maneira presencial, em regra de quarta a sexta-feira, em Palmas – TO, conforme calendário de atividades apresentado pelo solicitante.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

AUTOS CSMP Nº: 024/2018

ASSUNTO: Afastamento para participar do curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção.

INTERESSADO: PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO

DESPACHO Nº 612/2018 – Consoante deliberação unânime do Conselho Superior do Ministério Público, nas 196ª e 197ª Sessões Ordinárias, realizadas nos dias 13/11/2018 e 11/12/2018, respectivamente, e nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, e art. 155, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, DEFIRO o afastamento solicitado pelo Promotor de Justiça PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO, sem prejuízo de suas atribuições, vencimentos e demais vantagens do cargo, no período de 24 de outubro de 2018 a 22 de novembro de 2019, para frequentar o curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção, ofertado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT, programado para ser ministrado uma vez ao mês, de maneira presencial, em regra de quarta a sexta-feira, em Palmas – TO, conforme calendário de atividades apresentado pelo solicitante.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

AUTOS CSMP Nº: 025/2018

ASSUNTO: Afastamento para participar do curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção.

INTERESSADO: JUAN RODRIGO CARNEIRO AGUIRRE

DESPACHO Nº 613/2018 – Consoante deliberação unânime do Conselho Superior do Ministério Público, nas 196ª e 197ª Sessões Ordinárias, realizadas nos dias 13/11/2018 e 11/12/2018, respectivamente, e nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, e art. 155, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, DEFIRO o afastamento solicitado pelo Promotor de Justiça JUAN RODRIGO CARNEIRO AGUIRRE, sem prejuízo de suas atribuições, vencimentos e demais vantagens do cargo, no período de 24 de outubro de 2018 a 22 de novembro de 2019, para frequentar o curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção, ofertado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT, programado para ser ministrado uma vez ao mês, de maneira presencial, em regra de quarta a sexta-feira, em Palmas – TO, conforme calendário de atividades apresentado pelo solicitante.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

AUTOS CSMP Nº: 026/2018

ASSUNTO: Afastamento para participar do curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção.

INTERESSADO: VINÍCIUS DE OLIVEIRA E SILVA

DESPACHO Nº 614/2018 – Consoante deliberação unânime do Conselho Superior do Ministério Público, na 197ª Sessão Ordinária, realizada no dia 11/12/2018, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, e art. 155, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, DEFIRO o afastamento solicitado pelo Promotor de Justiça VINÍCIUS DE OLIVEIRA E SILVA, sem prejuízo de suas atribuições, vencimentos e demais vantagens do cargo, para frequentar o curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção, ofertado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT, programado para ser ministrado uma vez ao mês, no período de 24 de outubro de 2018 a 22 de novembro de 2019, de maneira presencial, em regra de quarta a sexta-feira, em Palmas – TO, conforme calendário de atividades apresentado pelo solicitante.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de dezembro de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

TERMO DE POSSE

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito (14.12.2018), no Auditório Emival Guimarães Sanches, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça, em Sessão Solene, para o fim de conferir posse ao DR. JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR no cargo de Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, para mandato de 2 (dois) anos, em conformidade com os artigos 10 e 20, inciso XIII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, e com o Ato Governamental nº. 1.529-NM, publicado no Diário Oficial nº. 5.229, de 31 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palmas, 14 de dezembro de 2018.

José Omar de Almeida Júnior Empossado	Leila da Costa Vilela Magalhães
Alcir Raineri Filho	Vera Nilva Álvares Rocha Lira
João Rodrigues Filho	José Demóstenes de Abreu
Ricardo Vicente da Silva	Marco Antonio Alves Bezerra
José Maria da Silva Júnior	Jacqueline Borges Silva Tomaz
Ana Paula Reigota Ferreira Catini	

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PP/2749/2018

Processo: 2018.0010483

Considerando as funções institucionais do Ministério Público, previstas no “caput” do artigo 127 e no inciso II do artigo 129 da Constituição Federal; na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), e na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (Lei Complementar nº 51/2008);

Considerando as Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público de nºs 23/2007, 174/2017 e 189/ 2018; e a Resolução do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins de nº 005/2018;

Considerando as atribuições desta Promotoria contidas no Ato PGJ nº 36/2017, a saber: “Promoção da tutela dos interesses difusos e coletivos na área da Saúde para a proteção, a recuperação e a redução do risco de doenças e outros agravos, bem como o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços públicos da Saúde, realizando atendimento ao público respectivo; acompanhamento permanentemente dos instrumentos de gestão e controle do Sistema Único de Saúde - SUS e execução das Políticas Públicas de Vigilância e Atenção à Saúde, com repercussão em todo o Estado”;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Considerando a denúncia firmada pela Senhora Verônica Mirely Paiva de Sousa, perante a Ouvidoria desta Instituição (Protocolo 07010257689201818), conforme consta do anexo, relatando o quanto segue: "a) que a senhora Verônica Mirely Paiva de Sousa sofreu violência obstétrica no Hospital e Maternidade Dona Regina no dia 25/11/2018 cometido pelo médico obstetra o sr. Dr. Emannel Teles Silveira, CRM 668 e pela Drª. Nayara Pettini Dias Soares, CRM 4607. b) deixa nesta Ouvidoria cópia do Boletim de Ocorrência.";

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, nos termos do art. 196 da Constituição Federal;

Considerando as Normas Sanitárias, acerca das Políticas Nacionais que regulamentam a organização e o funcionamento das ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, bem como todo o ordenamento jurídico sanitário destinado a assegurar esse direito fundamental;

Decide:

INSTAURAR PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL, a fim de averiguar eventual omissão da Secretaria de Estado da Saúde, no tocante ao dever de prestar assistência de qualidade às gestantes, durante o pré-parto, parto e pós parto, no âmbito do Hospital e Maternidade Dona Regina (HMDR), designando o dia 08/02/2019, às 09h, para ouvir o Secretário de Estado da Saúde e a denunciante;

Determinar à servidora Marleide Pereira Bispo Oliveira que providencie as seguintes diligências: a) Notificação de comparecimento do Secretário de Estado da Saúde e da Denunciante.

PALMAS, 17 de Dezembro de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
MARIA ROSELI DE ALMEIDA PERY
27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

920057 - EDITAL

Processo: 2017.0001531

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

NF 2017.0001531

A Promotora de Justiça, Drª. Waldelice Sampaio Moreira Guimarães, titular da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, dá ciência ao Sr. José Wilker Borges da Silva, acerca do Arquivamento da representação registrada na aludida Promotoria de Justiça, como Notícia de Fato nº 2017.0001531, visando apurar Inventário/Bens de menor. Esclarecendo que o representante poderá interpor recurso contra tal decisão, apresentando razões

escritas ou documentos no prazo de 10 (dez) dias, perante a 5.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, nos termos do art. 4º, §1º da Resolução CNMP n.º 174/2017.

PARECER DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de notícia de fato, desarquivada mediante denúncias trazidas pela Interessada Maria Rosa Ferreira Dias, a qual prestou as declarações constantes do Termo de Declarações juntadas no evento 18, onde relata que o genitor das menores Ana Lara Dias da Silva, com 06 anos, Sofia Dias da Silva, com 02 anos e Ana Alice Dias da Silva, com 04 anos de idade, Sr. José Wilker Borges da Silva, descumpriu o estabelecido nesta Promotoria de Justiça anteriormente (evento 11), porquanto ficou sabendo que vendeu ele o bem imóvel, o qual inclusive encontra-se com construção, temendo a interessada que o pai de suas sobrinhas não tenha resguardado a parte que lhes é cabível, por força de herança que sobreveio com a morte da genitora das mesmas, Sra. Euzilaine Ferreira Dias da Silva, cujo único bem deixado foi referido imóvel.

Requer providências no sentido de serem resguardados os direitos das menores.

Fora expedido ofício a imobiliária Iparaty, que remeteu a esta Promotoria o documento juntado no evento 19, bem como, expediu-se, ainda, Carta Precatória Ministerial para a Promotoria de Justiça de Porto Alegre do Norte/MT, buscando a notificação e oitiva do Sr. José Wilker Borges da Silva, e, ainda, a verificação da atual situação das menores, tendo a mesma retornado sem o seu devido cumprimento, uma vez que o investigado não fora encontrado no endereço informado, conforme evento 28.

Ademais, não tendo sido o Sr. José Wilker Borges da Silva encontrado para ser notificado e prestar os esclarecimentos devidos, fora notificada a interessada a qual disse não saber o atual paradeiro daquele, ou de suas sobrinhas, entretanto comprometeu-se a buscar informações posteriores acerca dos fatos e de onde pode ser aquele encontrado, junto com as menores, sendo-lhe cientificado, na ocasião, que a presente Notícia de Fato seria novamente arquivada, podendo ser desarquivada após a localização do Sr. Wilker, haja vista o prazo para o seu encerramento.

Assim, ante o acima exposto, e não vislumbrando qualquer outra providência a ser levada a efeito perante esta Promotoria de Justiça, no momento, determino o arquivamento dos presentes autos, nos termos do art. 4º, inc. II, da Resolução CNMP nº 174/2017, com as intimações devidas, e posterior arquivamento, de acordo com o artigo 5º, desta mesma Resolução.

GURUPI, 17 de Dezembro de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
WALDELICE SAMPAIO MOREIRA GUIMARAES
05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/2733/2018

Processo: 2018.0007905

Assunto (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633)/ Seção Cível (9964)/Medida de Proteção (11818)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Objeto: Apurar situação de risco e vulnerabilidade do adolescente E.R.S. (17 anos de idade), o qual não estuda e está frequentando o Aterro Sanitário de Gurupi, local insalubre e, desse modo, prejudicando a saúde e a vida escolar do jovem
Representante: Marcelo Prevedello Pigatto (Procurador Geral do Munic. de Gurupi)

Área de atuação: Normas Protetivas da Infância e Juventude

Documento de Origem: Notícia de Fato nº 2018.0007905 – 9.ª PJ-Gurupi-TO

Data da Conversão: 13/12/2018

Data prevista para finalização: 13/12/2019 (01 ano)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal, 26, I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e, por fim, Lei Federal n.º 8.069/90;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial os interesses de crianças e adolescentes (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei n.º 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais, os interesses de crianças e adolescentes conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (Lei Complementar Estadual n.º 51, de 02.01.2008, art. 60, inc. VII);

CONSIDERANDO as atribuições da 9.ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO relativas aos procedimentos que tratem de matéria afeta à defesa da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que nos termos do 2º, II, da Resolução nº 23/2007 do CNMP e art. 3º, II, da Resolução nº 03/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, o Inquérito Civil Público poderá ser instaurado “em face de requerimento ou representação formulada por qualquer pessoa ou comunicação de outro órgão do Ministério Público, ou qualquer autoridade, desde que forneça, por qualquer meio igualmente permitido, informações sobre o fato e seu provável autor, bem como qualificação mínima que permita sua identificação e localização”;

CONSIDERANDO o que dispõem as Resoluções n.os 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, que regulamentam a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85);

CONSIDERANDO o teor dos autos da NOTÍCIA DE FATO Nº 2018.0007905 instaurada no âmbito desta Promotoria de Justiça em 15/08/2018 que visa apurar situação de risco e vulnerabilidade do adolescente E.R.S. (17 anos de idade), o qual não estuda e está frequentando o Aterro Sanitário de Gurupi, local insalubre e, desse modo, prejudicando a saúde e a vida escolar do jovem (Lei Federal nº 8.069/90 – ECA);

CONSIDERANDO que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (art. 3º, da Lei Federal nº 8.069/90);

CONSIDERANDO ser obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania,

à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (art. 3º da Lei Federal nº 10.741/2003);

CONSIDERANDO que o prazo para conclusão da Notícia de Fato é de 30, prazo este já expirado e bem como esta já fôra prorrogada uma vez pelo prazo de 90 dias, conforme estipula o art 4º, da Resolução nº 003/2018, do CNMP, sem, contudo, ultimar os atos de instrução do feito;

CONSIDERANDO que o prazo de tramitação da Notícia de Fato n.º 2018.0007905 objetivando apurar situação de risco e vulnerabilidade do adolescente E.R.S. (17 anos de idade), o qual não estuda e está frequentando o Aterro Sanitário de Gurupi, local insalubre e, desse modo, prejudicando a saúde e a vida escolar do jovem, já expirou sem que a mesma fosse convertida em procedimento preparatório ou inquérito civil, bem como há configuração, no caso concreto, da existência de fatos minimamente determinados com elementos de convicção indiciários da prática de irregularidades ou ilegalidades que viabilizam a instauração de inquérito civil público, bem como a necessidade de realização de novas diligências;

RESOLVE:

Converter a presente Notícia de Fato n.º 2018.0007905 em Inquérito Civil Público, tendo como objeto apurar situação de risco e vulnerabilidade do adolescente E.R.S. (17 anos de idade), o qual não estuda e está frequentando o Aterro Sanitário de Gurupi, local insalubre e, desse modo, prejudicando a saúde e a vida escolar do jovem, (Lei Federal nº 8.069/90 – ECA);

Como providências iniciais, determina-se:

1) A afixação de cópia da presente Portaria no mural de avisos da Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO, pelo prazo de 30 (trinta) dias, remetendo-se extrato, via on-line, ao CSMP-TO, para publicação;

2) Nomear para secretariar os trabalhos um técnico ministerial ou analista ministerial lotado na Promotoria de Justiça de Gurupi-TO, que deve desempenhar a função com lisura e presteza;

3) Remeta-se o feito à Srª ASSISTENTE SOCIAL para confeccionar Relatório Social, no prazo de 30 (trinta) dias, esclarecendo sobre a situação do infante E.R.S., filho de José Francisco da Silva e de Marilene Rodrigues Carvalho, residente e domiciliado à Av. Aeroporto, s/nº, Setor Aeroporto III, Gurupi/TO;

4) Oficie-se ao CREAS local, com cópia do Of 466/18 e B.O. nº 37442/17– (doc. 01, da NF supracitada), para confeccionar Relatório do caso em 30 (trinta) dias, juntando neste, cópia dos documentos pessoais do adolescente E.R.S., filho de José Francisco da Silva e de Marilene Rodrigues Carvalho, residente e domiciliado à Av. Aeroporto, s/nº, Setor Aeroporto III, Gurupi/TO; nomes e endereços de pessoas que tenham conhecimento do fato, para servirem de testemunhas caso esse Órgão tenha que ajuizar alguma ação judicial;

5) Oficie-se ao CONSELHO TUTELAR com cópia do Of 466/18 e B.O. nº 37442/17– – (doc. 01, da NF supracitada), para confeccionar Relatório do caso em 30 (trinta) dias, juntando neste, cópia dos documentos pessoais do adolescente E.R.S., filho de José Francisco da Silva e de Marilene Rodrigues Carvalho, residente e domiciliado à Av. Aeroporto, s/nº, Setor Aeroporto III, Gurupi/TO; informando nomes e endereços de pessoas que tenham conhecimento do fato, para servirem de testemunhas caso esse Órgão tenha que ajuizar alguma ação judicial.

Cumpra-se.

GURUPI, 13 de Dezembro de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
JUSSARA BARREIRA SILVA AMORIM
09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI